

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO COMO PROPÓSITO E DESAFIO DO COTIDIANO DOCENTE: UMA BREVE REFLEXÃO PRÁTICO-TEÓRICA

ALPHABETIZING AND LITERACY AS A PURPOSE AND CHALLENGE FOR TEACHERS: A BRIEF
PRACTICAL-THEORETICAL REFLECTION

Émerson Dias de Oliveira¹

Marina Sartori Uzeloto Dias²

Faculdades Integradas do Vale do Ivaí

Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson”

RESUMO: As recentes discussões envolvendo a alfabetização e letramento são questões que tem servido para refletir as possibilidades de uma aprendizagem significativa dos sujeitos, aonde implicações voltadas para a dignidade social e politização se colocam como finalidades desse processo. O entendimento dicotômico e ao mesmo tempo complementar que envolve a alfabetização/letramento tem se colocado como uma proposta de perceber essa relação de forma totalitária, sinérgica e dialética, pois inserem tanto os esforços alinhados com a aquisição instrumental da escrita (alfabetização) como também vinculações sócio-históricas como sistema simbólico (letramento). É por isso que se fala na necessidade de alfabetizar e letrar, concomitantemente, pois o desenvolvimento cognitivo da criança acaba prejudicado e se tornar ineficaz sem o devido alinhamento desses dois processos, uma vez que sem saber decodificar os textos, o aluno não consegue lê-los e sem saber os seus sentidos e usos, tem-se uma leitura esvaziada, por não garantir um efetivo entendimento cultural, social, histórica, científica, intencional da escrita/leitura. Dessa feita, a proposta dialogada ao longo desse ensaio propõe tanto uma reflexão da alfabetização e letramento como a sua utilidade como ferramenta de emancipação social dos sujeitos, uma abordagem que aponta não apenas o letramento pedagógico-escolar, mas também a diversas leituras que se podem fazer do mundo, um desafio que permita aos sujeitos serem ator e autor de sua própria história, afinal como assevera Guenther (2002) é sendo diferentes que nos tornamos iguais na condição humana.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Aprendizagem Significativa; Politização.

ABSTRACT: The recent discussions involving alphabetizing and literacy are questions that have served to reflect the possibilities of a meaningful learning of the subjects, where implications for social dignity and politicization are placed as the purpose of this process. The dichotomous and complementary understanding that involves alphabetizing/literacy has been placed as a proposal to perceive this relationship in a totalitarian, synergistic and dialectical way, since it inserts both the efforts aligned with the instrumental acquisition of writing (alphabetizing) and the socio-historical linkages as a symbolic system (literacy). That is why we talk about the need to alphabetize and teach literacy concomitantly, because the child's cognitive development ends up being impaired and ineffective without the proper alignment of these two processes, since without knowing how to decode the texts, the student cannot read them and without knowing their meanings and uses, we have an empty

1 Professor Doutor vinculado ao Departamento de Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). cooperativismopopular@hotmail.com

2 Acadêmica do Curso de Pedagogia (Licenciatura) do Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson” (UNAR). cooperativismopopular@hotmail.com

reading, for not guaranteeing an effective cultural, social, historical, scientific, intentional understanding of writing/reading. In this way, the dialogue proposed throughout this essay proposes both a reflection on alphabetizing and literacy as well as its usefulness as a tool for social emancipation of the subjects, an approach that points not only to pedagogical-school literacy, but also to several readings that can be made of the world, a challenge that allows subjects to be actors and authors of their own history, after all, as Guenther (2002) asserts, is being different that we become equals in the human condition.

Keywords: Alphabetizing; Literacy; Significant Learning; Politization.

INTRODUÇÃO

O contexto social que caracteriza o mundo contemporâneo está permeado pelo acesso desenfreado da Internet e outras tecnologias digitais, configurando assim um novo paradigma social, o qual é referenciado por alguns pesquisadores como: a sociedade da informação ou sociedade em rede embasada no poder da informação (CASTELLS, 2003), sociedade da aprendizagem (POZO, 2004), sociedade do conhecimento (HARGREAVES, 2003) ou ainda pode-se aprofundar nessa questão e discorrer de uma globalização como fábula e/ou perversa (SANTOS, 2004). Esse cenário vem colaborando na formação de uma sociedade dotada de um intenso fluxo de informações e que está posicionada em constantes alterações, sendo que o conhecimento acaba se constituindo enquanto “um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança” (HARGREAVES, 2003, p. 33). Tal conjuntura está evidenciada em uma sociedade capitalista dividida em classes, a qual se apresenta contraditória e excludente, sendo que os seus proveitos são inacessíveis à maioria da coletividade social.

Assim sendo, é um desafio para a escola possibilitar uma educação que consiga inserir de forma plena e efetiva, os seus usuários (discentes) nesse contexto, ou seja, trata-se de uma tarefa cada vez mais complexa e dotada de obstáculos provocativos. Por isso, faz-se cada vez mais necessária uma leitura de mundo abrangente e aprofundada aos estudantes contemporâneos, pois a capacitação de competências para integrar e interagir essa realidade globalizante, extremamente competitiva, exigente de sujeitos flexíveis, inovadores, capazes de descobrir soluções criativas para as problemáticas atuais e futuras é o cenário que se aponta e impõe a “condição pós-moderna”³. Essa realidade é discorrida por Pellicer (1997, p. 88) quando se coloca que “as informações constituem a base do conhecimento, mas a aquisição deste implica, antes de mais nada, o desencadear de uma série de operações intelectuais, que colocam em relação os novos dados com as informações armazenadas previamente pelo indivíduo”.

Contudo, apesar da Internet, “em princípio, ser um canal de comunicação horizontal” (CASTELLS, 2003, p. 129), que pode ser acessado por todos os integrantes da sociedade, nem todos têm condições e acesso, já que 30% da população não têm acesso a Internet no Brasil (PORTAL T5, 2018). Por outro lado, o acesso à informação não garante o conhecimento e, muito menos ainda a aprendizagem, dada ao elevado nível de analfabetismo funcional da população brasileira, a qual foi aferida em 29% do montante populacional, conforme pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa em 2018. Nesse sentido, a questão da alfabetização e

3 Configura como a mais abrangente dentre as correntes teóricas recentes, “acolhe em seu generoso abraço todas as formas de mudança – cultural, política e econômica” (KUMAR, 1997, p. 15).

letramento se coloca enquanto considerações de elevada significância social, sendo que a garantia de uma dignidade humana plena e integral perpassa necessariamente por um processo intenso e complexo de alfabetização e letramento dos sujeitos, as quais muitas vezes são tratadas equivocadamente como sinônimos.

Dessa feita, o presente estudo se reveste de uma abordagem que se baseou em destacar a importância que os processos de alfabetização e letramento possuem no desenvolvimento social dos estudantes, uma provocação que correlaciona essa questão com a própria dignidade dos sujeitos, pois apesar de alfabetizar e letrar serem processos distintos, eles são inseparáveis, isto é, se somam, ou melhor, a alfabetização é um componente do letramento e, portanto, essas duas tarefas carecem de serem desenvolvidas concomitantemente. Esse é o desafio da ação docente, uma aprendizagem significativa em que as informações recebidas devem ser assimiladas e utilizadas pelos discentes em conjunto com as práticas sociais de sua cotidianidade.

Considerando a complexidade que envolve a teorização dessa temática, o presente estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica como encaminhamento metodológico. Para Alves (1992), esta metodologia permite ao pesquisador um melhor esclarecimento do objeto de estudo, além de indicar as distintas apreensões conceituais, processos e instrumentos do assunto pesquisado. Além disso, a revisão permite:

[...] um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. A proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas (ALVES, 1992, p. 54).

Nesse tipo de pesquisa se constrói subsídios para refletir de forma mais aprofundada a temática estudada, instante em que são indicadas as diferentes perspectivas inclusas na literatura científica. Por isso, é de fundamental importância à realização de uma idealização sistemática do processo de pesquisa, um esforço que abrange desde o instante de escolha da temática, passando pela elaboração teórica do estudo até a determinação do seu formato de apresentação e divulgação, sendo este um cuidado tomado quando se definiu a discussão da globalização enquanto categoria conceitual no universo escolar. Com isso, é válido e necessário que se aprenda a perceber o espaço como um episódio totalizante e relacional.

Dada às confirmações levantadas ao longo desse ensaio, pode-se compreender que a capacidade de entendimento da aprendizagem não se trata de uma realização estática, pois essa é um processo que se dá no decorrer de toda a vida dos sujeitos. É por isso que a informação, como tal, é incapaz de sozinha criar e consolidar o conhecimento, pois essa construção é resultado de um contínuo processo de formação de um sujeito cognoscente. Diante do exposto, interpretar os questionamentos e implicações do processo de alfabetização/letramento significa expandir as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do estudante desde o início de sua escolarização, realização essa que se dá a partir das práticas sociais mediadas pela

leitura e escrita, uma necessidade que carece de ser institucionalizada com a utilização de uma linguagem real, natural e significativa.

Alfabetização e Letramento: apreensão social e conceitual

A construção de um debate sólido e concreto envolvendo a efetiva compreensão da linguagem é uma necessidade que vai muito além da simples interpretação dos códigos da escrita (decodificação das palavras). Portanto, os processos que envolvem a alfabetização não se resumem aos estágios de ensino catalogados pelos níveis de escolarização dos sujeitos, pois esse processo se inicia muito antes do ingresso da criança na instituição escola, em que lhe submetem mecanismos formais para aprender a ler e escrever. Tal entendimento é insuficiente no contexto atual, pois o atingimento de metas como leitura, escrita e a resolução das operações fundamentais da matemática básica não garantem a formação de sujeitos críticos, ativos e cientes do seu papel na sociedade. Afinal, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p.47).

Com isso, percebe-se que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro” (FREIRE, 1996, p.12). Os métodos e técnicas que cada professor desenvolve no sentido de facilitar e construir a aprendizagem da leitura e escrita em cada criança é a maior contribuição que cada docente consegue extrair desse processo, por isso, o aluno também ensina. A realização dessa interação pedagógica ganha um sentido e razão na mesma intensidade em que a realidade social do aluno é utilizada enquanto matéria-prima desse processo de ensino-aprendizagem, sendo que nessas metodologias privilegiam-se a leitura da realidade dos estudantes, sendo instituído um arcabouço de atividades permeadas com leituras e escritas das culturas locais, algo significativo, que provoque, desperte o interesse, o gosto, o prazer pelo ato de quer ler e escrever.

Esse nível de vínculo docente-discente, apesar de serem nivelados por instâncias de escolarização distintas em cada etapa do ensino, tem um caráter personalíssimo que marca tanto o professor como o aluno, sendo que ambos acabam contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento escolar e pessoal do outro. Para Freire (1999), “o ato educacional é um processo dialético no qual o educando constrói o conhecimento a partir do contexto, fundindo aprendizagem em experiência social numa aventura de aquisição da liberdade” (p. 65). Destarte, faz-se necessária oportunizar a aprendizagem que seja planejada, inserida e realizada em um ambiente alfabetizador, o qual é possível ao se promover “[...] um conjunto de situações de usos reais de leitura e escrita das quais as crianças têm oportunidade de participar” (RCNEI, 1998, p. 154). Tendo em vista a questão da alfabetização, Ferreiro (2001, p. 95) aponta que:

As crianças são facilmente alfabetizáveis desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser reconhecido. Ler, ter acesso a bons livros, preparar ambientes que despertem nas crianças um desejo pela leitura, são mediações importantes para a formação do leitor, e terá mais sentido ainda, se o professor ajudar o aluno a descobrir o teor de dialogicidade da linguagem, a qual somente existe no encontro, na troca, no engajamento da pergunta-resposta, pois, em um texto nada é dito gra-

tuitamente, e não se deve esperar que os alunos descubram sozinhos, por isso, é fundamental que em cada exercício, os professores fale aos educandos para quem se vai falar ou escrever, pois redações escritas “para ninguém”, só podem resultar no desinteresse do aluno.

Sem o propósito de adentrar em questões históricas, se fazer uma breve colocação acerca dessa questão, uma vez que a origem da alfabetização é uma realização que acompanha a humanidade há bastante tempo. De acordo com Araújo (1996), a história da alfabetização divide-se em três períodos principais: inicialmente tem-se um momento caracterizado pelos registros presentes na Antiguidade⁴ e na Idade Média, ocasião em que vigorou o método da soletração; posteriormente, se destaca uma aversão às técnicas de soletração, surgindo novos métodos sintéticos e analíticos, destacando-se os séculos XVI a XVIII, tendo suas influências exercidas até por volta da década de 1960. Mais recentemente, estão vigentes os questionamentos no sentido de vincular os sinais gráficos da escrita em relação aos sons da fala para aprender a ler.

Grosso modo, essa divisão apresenta de forma superficial as principais metodologias utilizadas para a alfabetização, entretanto, as técnicas para atingir essa aprendizagem foram diversas ao longo do tempo. Essa uma realidade é ainda mais plural e diversificada na contemporaneidade, uma vez que os métodos de alfabetização são cada vez em maior número no meio escolar. Tem destaque as metodologias silábicas, fônicas, as do tipo global; os inúmeros livros didáticos de alfabetização, sendo que nesse último caso geralmente não se relaciona em teorizações explícitas ou únicas, a qual geralmente é (re)criada pelo docente em sua ação pedagógico-docente. Também se fazem presente diversos gêneros textuais que permitem uma reflexão profunda sobre as palavras, tais como: poemas, cantigas, parlendas, trava-línguas, brincadeiras que exploram o próprio nome⁵, que é essencial, servindo como escrita constante e de identificação para o alfabetizando (ARAÚJO, 1996). No entanto, tendo por base a realidade brasileira, infelizmente ainda ocorre em grande parte das escolas um ensino padronizado e mecânico, o que colabora para a grande defasagem na formação dos alunos egressos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Considerando as implicações decorrentes dessa problemática, faz-se necessário uma melhor compreensão envolvendo a aprendizagem da leitura e alfabetização, as quais se posicionam de forma distinta e complementar no processo de desenvolvimento dos alunos. A aprendizagem inicial do ato de ler e escrever depende fundamentalmente da capacidade de alfabetização, ou seja, o domínio das ferramentas e o conjunto de técnicas necessárias para executar a arte e a ciência da escrita e leitura. “Saber ler e escrever possibilita o sujeito do seu próprio conhecimento, pois sabendo ler, ele se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita e, desse modo, produzir, ele também, um conhecimento” (BARBOSA, 2013, p.19).

Discorrendo dessa questão, Cagliari (1998) destaca a existência de duas metodologias de alfabetização, tendo uma direcionada para o ensino e outra para a

4 Na antiguidade, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo já escrito e depois copiado. Começavam com palavras e depois passavam para textos famosos, que eram estudados exaustivamente. Finalmente, passavam a escrever seus próprios textos. O trabalho de leitura e cópia era o segredo da alfabetização (CAGLIARI, 1998, p. 15).

5 “[...] se já existe um nome para a criança, mesmo antes de ela existir fisicamente, é porque o processo da sua existência social está já em movimento” (CABRAL, 2007, p. 12).

aprendizagem. O primeiro método entende o discente enquanto um ser passivo e indiferente, o qual é apenas um receptáculo das informações apresentadas pelo professor, isto é, trata-se de uma abordagem homogeneizante e superficial da escolarização. Por outro lado, o método voltado para a aprendizagem envolve processos de reflexão e edificação do saber do/no e para o aluno, portanto, a aprendizagem tem um caráter personalizado, dada a singularidade de cada aluno integrante desse processo. Dessa feita, a alfabetização é muito mais que um método de leitura e escrita, é uma oportunidade em que se deve possibilitar que o aluno expresse suas ideias, além de estimulá-lo a produzir e buscar mais informações para a sua aprendizagem.

Conforme Val (2006, p. 19), “pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia”. Trata-se da compreensão e domínio do ‘código’ escrito, uma realização que insere a linguagem de forma espontânea e viva nos seus contextos diversos.

A alfabetização é um processo que, ainda que se inicie formalmente na escola, começa de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce e apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida fora. Este processo continua apesar da escola, fora da escola, paralelamente à escola. A criança vai construindo conhecimentos sobre o mundo em que vive. Nesse processo de construção está inserida a escrita, como um objeto cultural socialmente construído (PEREZ, 2002, p. 66).

Portanto, o processo de alfabetizar as crianças não deve ser entendido enquanto um momento estanque que se dá em um dado instante do percurso escolar do aluno, é uma realização social que acontece antes, durante e após espaço-tempo de escolarização. Contudo, apenas as técnicas de representação e decodificação “[...] de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas” (SOARES, 2006, p. 15) não são suficientes para garantir o pleno exercício da função social da leitura e escrita, faz-se necessário um efetivo letramento dos sujeitos, para que os mesmo sejam capazes de se posicionarem crítica e ativamente na sociedade. Para Rios e Libâneo (2009, p. 33) “a alfabetização e o letramento são processos que se mesclam e coexistem na experiência de leitura e escrita nas práticas sociais, apesar de serem conceitos distintos”. Assim sendo, o letramento pode ser entendido como o uso que se faz da língua escrita com toda sua riqueza e complexidade, em práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, trata-se da inserção de uma cultura letrada no sujeito, a qual percebe o conhecimento das letras é apenas como um meio, surgindo assim à necessidade de se alfabetizar letrando (CARVALHO, 2009).

Para alfabetizar letrando, deve haver um trabalho intencional de sensibilização, por meio de atividades específicas de comunicação, como escrever para alguém que não está presente (bilhetes, correspondências escolar), contar uma história por escrito, produzir um jornal escolar, um cartaz etc. Assim a escrita passa a ter função social (CARVALHO, 2009, p. 69).

Dito isso, é percebido que o letramento representa uma ação educativa que além de desenvolver a utilização social e prática da leitura e escrita em situações reais do cotidiano, também favorece um amplo processo que habilita o sujeito para utilizar

a escrita de forma deliberada em inúmeros contextos sociais. Construir uma linguagem escrita na criança é parte de seu processo geral, sendo que tal realização acontece por intermédio de um trabalho contínuo na sua formação cognitiva. Essa realização se dá por meio da inserção no mundo da escrita pelos intercâmbios sociais e orais, dada a significância que a escrita apresenta junto ao meio social. Essa terminologia “letramento” trata-se de uma concepção recente, sendo que a sua introdução no linguajar pedagógico-educacional e das ciências linguísticas surgiu em meados dos anos 1980. A sua origem pode ser compreendida pela “[...] necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassam o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível da aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização” (SOARES, 2004, p. 20).

Nesse sentido, Soares (2006) coloca que a função da escola, na perspectiva da linguagem, está voltada por institucionalizar o mundo da escrita nos alunos, um esforço que explora tanto a língua oral quanto a escrita como processo de interlocução, aonde quem fala e/ou escreve é um sujeito pertencente a uma dada situação social e histórica, uma realidade pragmática, um cenário que anseia por um objetivo, um desejo, uma necessidade e vontade de interação na/da cotidianidade, permitindo-lhe que se coloque enquanto ator/autor da própria história. É uma situação que busca dar conta das novas relações estabelecidas com as práticas de leitura e escrita na sociedade, pois saber ler e escrever se coloca em muitos contextos como uma questão insuficiente, haja vista que cumprem saber quais são as atribuições que a leitura e a escrita assumem em virtude das novas demandas impostas pela sociedade letrada.

Discorrendo desse processo, vale frisar que apesar de diferentes, a alfabetização e o letramento são processos que não ocorrem de forma isolada (quando pensado na sua efetiva utilidade social), haja vista, a necessidade de abordar essa questão de forma totalitária e sinérgica. Para Tfouni (1995), “enquanto a alfabetização ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (p. 20), isto é, a criança será capacitada para interpretar, compreende, opinar espontaneamente no meio em que está inserida. Carvalho (2009) corrobora nesse sentido ao destacar singularidade e interligação existente entre o sujeito alfabetizado e o sujeito letrado.

[...] a diferença está na extensão e na qualidade do domínio da leitura e da escrita. Uma pessoa alfabetizada conhece o código alfabético, domina as relações grafofônicas, em outras palavras, sabe que sons as letras representam, é capaz de ler palavras e textos simples, mas não necessariamente é usuário da leitura e da escrita na vida social. Pessoas alfabetizadas podem, eventualmente, ter pouca ou nenhuma familiaridade com a escrita dos jornais, livros, revistas [...] Letrado, no sentido em que estamos usando esse termo, é alguém que se apropriou suficientemente da escrita e da leitura a ponto de usá-las com desenvoltura, com propriedade, para dar conta de suas atribuições sociais e profissionais (CARVALHO, 2009, p. 66).

Contudo, o propósito aqui não se reveste na desconstrução do ato de alfabetizar, uma vez que no Brasil tem se propagado a ideia inadequada e equivocada da fusão do letramento e a alfabetização, prevalecendo de forma destacada a primeira

noção, “o que tem conduzido a um certo apagamento da alfabetização que, talvez com algum exagero, denomino desinvenção da alfabetização [...]”. (SOARES, 2003, p. 08). Nessa perspectiva, alfabetização e letramento se completam e enriquecem o desenvolvimento social do aluno, sendo fundamental alfabetizar letrando e letrar alfabetizando (SOARES, 2003), um desafio que contribuirá para a realização de uma educação de qualidade. Nesse modelo de ensino os alunos deixam de serem percebidos como caixas depositárias de conhecimentos, sendo instigados a se posicionam enquanto seres pensantes e questionadores/transformadores do meio social.

Afinal, o ensinamento da leitura e escrita não representa a utilidade de uma técnica, mas a formação de um comportamento cultural, pois é através do gosto e apego a leitura que aprende a ler, diferente da tentativa de leitura correta em um tipo qualquer de prova e/ou exame. Na realidade, o que se pretende é uma valorização do processo (alfabetização e letramento) sobre o produto (escrita e leitura), uma vez que “[...] cada leitor constrói permanentemente uma representação mental do mundo, armazenada em esquemas mentais que são acionados pela leitura do texto” (CASTELA, 2009, p. 18). Portanto, a compreensão do leitor é colocada em destaque, sendo tido como um sujeito ativo e que tem um completo domínio sobre o processo de leitura e escrita, vindo assim a atuar nesses cenários através conhecimentos e saberes acumulados previamente, o que lhe condiciona construir, correlacionar e compreender os diversos sentidos que lhe são apresentados.

POR UMA LEITURA E ESCRITA EMANCIPATÓRIA

A leitura e a escrita enquanto uma realização prazerosa e de interesse no meio social é na verdade quase que uma tortura para uma grande parcela dos estudantes, uma vez que 44% da população brasileira não leem e 30% nunca sequer comprou um livro, conforme estudos da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (RODRIGUES, 2016). Onde estaria e quem seria o culpado desse cenário? As respostas para tal questionamento são múltiplas, ora está na própria formação do professor que nem sempre é suficiente, ora na falta de estímulos do poder público (para não dizer descaso), ora na acentuada desigualdade social que historicamente assola o país, ora pelo processo de alfabetização tardio e pela própria cultura do povo brasileiro, mais oral do que textual. Enfim, diversas implicações acabaram forjando um baixo índice de interesse pela leitura no Brasil quando comparado a outros países, sendo urgente e necessária a institucionalização de políticas públicas que ampliem o acesso ao livro, pois o direito de ler é inerente à cidadania, decisivo para a ascensão socioeconômica e redução da desigualdade social que cada vez mais se intensifica no país. Não é uma questão de luxo, trata-se de uma ferramenta que fortalece a construção de criticidade e dignidade dos sujeitos.

Tendo em vista essa triste realidade que se apresenta no cotidiano brasileiro, fica ainda mais evidente a importância que a alfabetização e letramento apresentam no meio social, uma inserção que se faz necessário por ser capaz de possibilitar uma expressão e comunicação feita pelo próprio sujeito, uma história que não é só por ele contada, como também retrata a sua realidade social, ou seja, converte-se em um gesto/ato político. Nesse sentido, a pessoa se torna usuária da leitura e da escrita na vida pessoal e profissional. Portanto, a emancipação social dos sujeitos não é uma utopia, pois “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A garantia e requerimento deste direito constitucional perpassam pelos diversos processos de aprendizagens dos sujeitos, uma realização que carece de ser iniciada desde os primeiros anos de sua escolarização, contexto em que o ensino do código alfabético seja conciliado com o seu uso social em distintas ocasiões, formando assim conhecimentos que sejam socialmente necessários. Isso se deve ao fato de que não é a aquisição do sistema da escrita em si que desenvolve o intelecto, mas a sua utilidade na multiplicidade de funções, um arcabouço de considerações que essa desenvoltura constrói no sentido de melhorar a forma pensar, interpretar, discutir e produzir textualmente o mundo com opiniões e crenças próprias e pautadas em questionamentos autênticos que se ajusta a cada contexto dado socialmente. “Por isso que ler implica esforços no sentido de uma correta compreensão do que é a palavra escrita, a linguagem, as suas relações com o contexto de quem fala e de quem lê e escreve, compreensão, portanto da relação entre ‘leitura’ do mundo e leitura da palavra” (FREIRE, 2008, p. 21).

As colocações apontadas até então no presente ensaio tratando da alfabetização e letramento é uma distinção que nem todos os autores da pedagogia educacional corroboram, sendo existem entendimentos que se vinculam em apenas um único e indissociável processo de aprendizagem. Ademais, aqui se defende que “[...] um método de alfabetização que leve em conta o processo de aprendizagem deve deixar um espaço para que o aluno exponha suas ideias a respeito do que aprende” (ROJO, 1998, p. 66). A concepção progressista da “alfabetização” compreende que esse processo incorpora e assimila experiência do letramento, colocando que esse último é na verdade uma redundância em virtude de como o ensino da língua escrita já é concebida. Ao discursar da terminologia “letramento”, a pedagoga argentina Emília Ferreiro em entrevista para a revista Nova Escola (maio de 2003) expressa da seguinte forma sua rejeição dessa concepção:

Há algum tempo, descobriram no Brasil que se poderia usar a expressão letramento. E o que aconteceu com a alfabetização? Virou sinônimo de decodificação. Letramento passou a ser o estar em contato com distintos tipos de texto, o compreender o que se lê. Isso é um retrocesso. Eu me nego a aceitar um período de decodificação prévio àquele em que se passa a perceber a função social do texto. Acreditar nisso é dar razão à velha consciência fonológica (2003, p. 30)

No entanto, o entendimento destacado pela autora tem o cuidado de permear os perigos que um entendimento equivocado pode resultar da dissociação entre o aprender a escrever e o usar a escrita, o que significaria um retrocesso, dada possível compreensão tradicional a ser direcionada para aos processos instrumentais da escrita. Ferreiro (2003) é na realidade uma árdua defensora de práticas e ações pedagógicas coerentes e significativas para o sujeito, um esforço que se volta para continuidade das efetivas práticas sociais de língua escrita, sendo que essa independência e interdependência entre a alfabetização e o letramento se posicionam apenas como um mero embate conceitual, pois tanto os estudos de Emília Ferreiro, tal como o dos estudiosos do letramento, defendem uma pedagogia que melhore

a compreensão de mundo e apreço pela leitura no dia a dia dos estudantes, a qual necessariamente se coloque a serviço da libertação humana.

Portanto, aqui se entende que a discussão teórica do letramento é acima de tudo uma oportunidade de enriquecer ainda mais o desafio de constituir uma educação emancipadora, pois se trata de uma concepção fundamentada em concomitância com a alfabetização, não se colocando de forma dicotômica e/ou superior a ela. Pelo contrário, refere-se a uma realização social que não se dá apenas no espaço-tempo da escola, pois é contemplado nas brincadeiras, nos passeios, no trabalho, na igreja, na família e em outros contextos sociais, o que “[...] designa na ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e escrita, inicia-se um processo amplo que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita em diversas situações sociais” (ALMEIDA; FARAGO, 2014, p. 205). É na verdade um processo amplo que capacita o sujeito a se utilizar da escrita de forma deliberada nas distintas situações sociais. Nesse entendimento, o conceito de alfabetização abrange o de letramento e vice-versa.

Assim, foi através das noções aqui discutidas acerca do letramento que passou a ter uma melhor compreensão envolvendo o mero aprendizado das “primeiras letras”, uma vez que para a integração social e efetiva dos indivíduos, envolve também a utilização da língua escrita nos contextos em que esta se faz necessária. A dificuldade dessa tarefa reside no fato de que carece um discernimento complexo e peculiar em cada realidade social, portanto, vai além da leitura e produção textual, pois o que tem destaque nessa situação é situar o uso da linguagem de forma alinhada e contextualizada as diferentes práticas sociais. Portanto, o letramento se coloca enquanto uma prática que não fica restrita apenas aos professores de língua portuguesa, mas é uma incumbência de todo o corpo docente que trabalham com leitura e escrita, sendo que cada educador tem (ou deveria ter) a responsabilidade de proporcionar uma aprendizagem letrada em suas respectivas áreas de estudo, sem esquecer que a educação é um ato político.

Com isso, o letramento, converte-se em uma alfabetização com uma perspectiva macro em que o estudante, para além da compreensão e domínio do código oral e escrito, se reveste de outras apreensões formais que lhe prepara para os mais diferentes tipos de textos. Isso se explica pelo fato de que “apenas o convívio intenso com textos que circulam na sociedade não garante que os alunos se apropriem da escrita alfabética, uma vez que essa aprendizagem não é espontânea e requer que o aluno reflita sobre as características do nosso sistema de escrita” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 18), situação em que o desenvolvimento de habilidades envolve o uso desse sistema em atividades de leituras e escritas do cotidiano. Assim a criança passará a compreender qual é a função que os distintos gêneros textuais irão tratar e compreendê-los através da leitura, compreensão e interpretação.

É por isso que discutir a educação é falar também da emancipação social dos sujeitos, pois se permite ao educando ler e expressar a própria realidade. Ao discorrer dessa questão, Freire (2005) postula que “[...] até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão aceitam fatalistamente a sua exploração (p. 57)”, portanto, a educação tem uma função crucial para os sujeitos se apropriarem de conhecimentos e saberes fundantes para o exercício digno de sua cidadania. Afinal, só faz sentido à luta e resistência por direitos se estes forem esclarecidos, do contrário, o indivíduo se coloca passivamente

e refêm dos desmandos vivenciados no cotidiano, tornando-se assim elementos “marginalizados”.

Dado os levantamentos argumentados no decorrer do presente ensaio fica perceptível o quão prejudicial é para o bem estar da coletividade no país a incidência de um elevado índice de analfabetismo funcional, uma situação que acaba por dificultar o florescimento de questionamentos que envolvem a garantia da dignidade humana. Conforme já exposto, esses sujeitos ficam incapacitados de compreender o meio em que estão inseridos, pois sabem decodificar as palavras, textos curtos, mas são incapazes de interpretá-los. Esse cenário é colocado como “analfabetismo político” por Freire (1987), sendo que é indiferente o saber ler e escrever se o sujeito tiver “[...] uma percepção ingênua mágica da realidade, ao alfabetizar-se politicamente, tal percepção cede lugar a uma visão objetiva, e deste aprofundamento resulta a tomada de consciência da realidade social” (FREIRE, 1987, p.74).

A grande questão não é a falta de recursos técnicos e financeiros para superar essa problemática, é na verdade o desinteresse político de que os cidadãos sejam culturalmente letrados, pois, quanto maior o conhecimento, maior será a sua criticidade e conseqüentemente a politização no meio social. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 25). Portanto, cabe a toda a sociedade, com destaque para os educadores e familiares, instigar o letramento social, um esforço que esteja voltado para mobilização de capital social entre os sujeitos, de forma que a coletividade seja de fato considerada enquanto finalidade central desse propósito, garantindo assim condições para que se aprenda a ler criticamente as relações de desigualdade social no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui levantadas permitem afirmar que a educação escolar, juntamente com a leitura e a escrita, se coloca enquanto uma estrutura de conhecimentos e saberes que são fundamentais para a compreensão e formação política do sujeito, capacitando-o para questionar e alterar situações que favoreçam todos os envolvidos na sociedade, resultando em seres críticos e conscientes de sua função social. No entanto, a prática metodológica de todo esse desafio não é uma questão fechada e inflexível conceitualmente, pois cada realidade social exigirá uma interação singularizada do processo de ensino-aprendizagem. Para melhor exemplificar esse cenário pode-se utilizar do “Método Paulo Freire” de alfabetização, que apesar de alguns autores buscarem descaracterizá-lo, nomeando-o como uma mera cartilha alfabetizadora, o intento voltado em fazer a “leitura de mundo”, dessa estrutura metodológica, um esforço colocado frente aos desafios daquela espacialidade e temporalidade, buscando transformar a consciência ingênua em consciência crítica que partia do diálogo e da conscientização.

O que se coloca aqui é a necessidade de que a aprendizagem da escrita seja colocada como uma realização que faça sentido em nossas vidas, o qual seja transformador e de renovação político-social. Esse sentido é partilhado nos estudos de Paulo Freire, o qual não tomou o sentido da alfabetização eminentemente enquanto sinônimo de codificação e decodificação. Com sua filosofia existencialista, com marcas do marxismo e da fenomenologia, evidenciou a possibilidade de fazer uma vinculação do mundo da escrita com o mundo real, levando ao desenvolvimento

por intermédio da conexão entre o próprio eu e a sociedade, um letramento que não é apenas escolar, mas é também social, político, rural, urbano, entre outras dimensões da vida humana.

Em relação ao debate envolvendo a compreensão teórica da alfabetização e letramento, tal inquietude é ainda uma discussão aberta, havendo entendimentos plurais acerca dessa questão. O que se entende aqui é que tanto o processo de alfabetização como de letramento são estruturas que podem e estão contribuindo significativamente para a construção de uma educação crítica e ativa, sendo que a alfabetização carece de ser compreendida enquanto conteúdo do fenômeno do letramento (e vice versa) para que se realize de fato uma aprendizagem significativa do sujeito. Enfim, a bandeira aqui posta é a de uma alfabetização/letramento que contribua na efetiva participação social nas esferas superiores de poder, uma realização que extrapole a trivial participação em instrumentos de leitura e escrita. Ou seja, uma ação participativa que envolva de fato uma noção libertadora e de autonomia, permitindo aos sujeitos a sua sucessiva integração e aprofundamento na vida social, libertando sua criatividade de modo que reinventem continuamente gêneros e linguagens sociais.

REFERÊNCIAS

- ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **29% dos brasileiros ainda são analfabetos funcionais**. 2018. Disponível em: <http://www.abep.org/blog/pesquisasabep/29-d-os-brasileiros-ainda-sao-analfabetos-funcionais/>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- ALBUQUERQUE, E. B. C. **Conceituando alfabetização e letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ALMEIDA, V. F.; FARAGO, A. C. A importância do letramento nas séries iniciais. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 1 (1): 204- 218, 2014. Disponível em: http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014_0744_26.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.
- ALVES, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, v. 81, n. 5, 1992.
- ARAÚJO, M. C. C. S. **Perspectiva histórica da alfabetização**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1996.
- BARBOSA: J. J. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Const/ituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - Volume 3 / Conhecimento do Mundo**. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rnei_vol1.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.
- CABRAL, J. P. **O limiar dos afetos**: algumas considerações sobre nomeação e a constituição social de pessoas, 2007. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/fabrica/txts/cabral/limiar.do.c>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu**: Pensamento e Ação no Magistério. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 1998.
- CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CASTELA, G. S. **A leitura e a didatização do (hiper)texto eletrônico no ensino de espanhol como língua estrangeira (E/LE)**. Tese de doutorado em Letras Neolatinas. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2009.
- CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. 24^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- _____. Alfabetização e cultura escrita, Entrevista concedida à Denise Pellegrini In: **Nova Escola**: A revista do Professor. São Paulo, Abril, maio/2003, p. 27-30.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A Importância de o Ato de Ler**. Em três artigos que se completam. Moderna. São Paulo, 2008.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUENTHER, Z. C. O Aluno Bem Dotado na Escola Regular: celebrando diversidade, incluindo diferenças. In: **I Seminário de Inclusão de Pessoas com altas habilidades**. CEDET/ASPAT - Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2002. Disponível em: http://www.dokeos.se.ed.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/legislacao/artigo_7pdf. Acesso: 19 jul. 2019.

HARGREAVES, A. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento**: a educação na era da insegurança. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora, 2003.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PELLICER, E. G. “La Mod a tecnológica en la educación: peligros de un espejismo” in Pixel Bit. In: **Revista Medios y Educación**, (nº. 09 - Junho), 1997. Disponível em: <http://www.sav.us.es/pixelbit/pixelbit/articulos/n9/n9art/art97.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PEREZ, C. L. V. O prazer de descobrir e conhecer. IN: GARCIA, R. L. (org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares, ainda um desafio**. São Paulo: Cortez, 1992.

PORTAL T5. **Acesso à internet chega a 70% dos brasileiros, diz IBGE**. 2018. Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/brasil/2018/12/170181-acesso-a-internet-chega-a-70-dos-brasileiros-diz-ibge>. Acesso em 17 jul. 2019.

POZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In: **Revista Pátio**. Ano VIII – nº 31- Educação ao Longo da Vida - Agosto à Outubro de 2004. Disponível em: http://www.revistapatio.com.br/sumario_conteudo.aspx?id=386. Acesso em: 17 jul. 2019.

RIOS, Z.; LIBÂNEO, M. **Da escola para casa**: alfabetização. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

RODRIGUES, M. F. **44% da população brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro**. Jornal ESTADÃO, 18 maio 2016. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

ROJO, R. **Alfabetização e letramento**: Perspectivas Linguísticas. Mercado das letras. São Paulo. 1998

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED**, Minas Gerais, 2003.

_____. Alfabetização e Letramento, Caminhos e Descaminhos. **Revista Pátio**, ano VIII, n. 29, p. 20, fev/abr. 2004.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

VAL, M. G. C. O que é ser alfabetizado e letrado? 2004. In: CARVALHO, M. A. F. (org.). **Práticas de Leitura e Escrita**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.